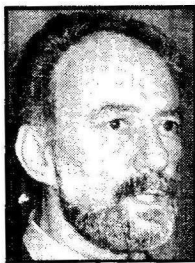


POR WASHINGTON NOVAES



secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

Pequeno é bonito

Alguns anos atrás, entrou em voga nos Estados Unidos dizer que "pequeno é bonito" ("small is beautiful").

Não por acaso. A crise das metrópoles, com seu gigantismo; a imensa dificuldade de administrar estruturas gigantescas; o desperdício que usualmente acompanha a edificação de obras mamúticas; o custo inviável dos megaprojetos; o preço ambiental desse tipo de obra — tudo isso levou os grupos ambientalistas e os setores mais participantes da vida norte-americana a contestar projetos faraônicos e a propor, em seu lugar, a descentralização, em todos os seus aspectos. Além da economia de custos, dos ganhos administrativos, das vantagens ambientais, a descentralização permitiria colocar os serviços e as questões sociais mais perto, mais ao alcance do controle da sociedade.

No Brasil, uma das pouquíssimas vantagens da crise de recursos no setor público talvez seja a necessidade que se criou de trabalhar mais, nos governos, com projetos modestos, menos custosos. Talvez por aí se possa começar a recolocar algumas questões importantes.

Em sua administração anterior, o governador Joaquim Roriz, pressionado pelo dramático problema da habitação em Brasília — que se traduzia em invasões às quais se fechavam os olhos, na promiscuidade dos fundos de quintais, na ferida exposta debaixo dos viadutos e

das pontes — renunciou aos projetos megalômanos do BNH e partiu para a solução dos lotes semiurbanizados nos assentamentos, proposta à qual já aderem não apenas setores das oposições locais, como parcela considerável dos que pensam hoje os problemas do País e a premência de resolvê-los.

Mais recentemente, nesta nova administração, o GDF tomou duas outras decisões que, a julgar pelo acontecido até aqui, ainda não mereceram a importância que deveriam atribuir-lhes os setores da vida brasileira que durante muito tempo se bateram contra o desperdício de recursos, a concentração de verbas (e a conseqüente concentração de poder) e outras cositas más. Trata-se da decisão de não construir agora a barragem e o lago de São Bartolomeu e da decisão de implantar, em todo o Distrito Federal, o sistema de ramais condominiais para o esgotamento sanitário. No primeiro caso, para garantir o abastecimento de água até 2.002, optou-se por uma tomada a fio d'água apenas, no São Bartolomeu, e a descentralização das captações (incluindo o Torto e mananciais em Goiás), também estas a fio d'água, sempre que possível. No caso dos esgotos, o Estado, limitando-se a colocar a rede de esgotos na ponta de cada quadra, e deixando a cargo das comunidades (como acontece nos edifícios — daí a denominação condominial) a rede interna e a ligação a cada residência, baixará para um terço ou menos o custo das redes de esgotos. E isso permitirá, como já está acontecendo, que se implantem imediatamente redes de esgotos nos antigos e nos novos assentamentos.

Pequeno é bonito. Prático, barato e eficiente. Justo socialmente.

Se a sociedade se convencer disso, será um caminho muito fértil. Que exigirá adaptações, é claro. Inclusive das construtoras. Mas que assegurará, também a estas, um lugar ao sol.